



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA Nº 41/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024

Critério de julgamento: Menor preço unitário

PROCESSO Nº 11627/2024

LICITAÇÃO AUDESP Nº 2024.000.000.394

MUNICIPALIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

DETENTORA: BARROS PRODUÇÕES, PUBLICIDADE, EVENTOS E COMERCIO LTDA ME

Aos 30 dias do mês de abril de 2024, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA – ÓRGÃO GERENCIADOR, situado na Praça Dos Três Poderes, Jardim Marabá, Nº1.000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF. nº. 46.634.291/0001-70, doravante denominada simplesmente MUNICIPALIDADE, neste ato representada pelo ordenador de despesa **Sr. REGINALDO MENDES DA COSTA**, Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, ordenador de Despesas nos termos do Decreto Municipal nº 1.671 de 25 de agosto de 2017, e, de outro, a empresa **BARROS PRODUÇÕES, PUBLICIDADE, EVENTOS E COMERCIO LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 08.512.506/0001-91, estabelecida na Rua Eritides Martins, 240, centro, no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, telefone: (88) 99657-3803, e-mail: barrosemanuel167@gmail.com, doravante denominada **DETENTORA**, representada neste ato pelo **Sr. EMANUEL BARROS MORAIS**, CPF sob o nº [REDACTED], considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 21/2024, Processo Administrativo nº 11627/2024, **RESOLVEM** registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O objeto desta ATA é o Registro de Preços para aquisição fracionada de **CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS DESTA SECRETARIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE. COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº14.133/2021**, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 21/2024 e seus anexos.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Tipo Cota	VI. Unitário	VI. Total
1	225	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA VARZEANO	propria	Aberta	R\$300,0000	R\$67.500,00
12	75	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA VARZEANO	propria	Reservada	R\$300,0000	R\$22.500,00
2	75	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA VETERANO	propria	Aberta	R\$300,0000	R\$22.500,00
13	25	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA VETERANO	propria	Reservada	R\$300,0000	R\$7.500,00
3	53	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA MENORES-(SUB 10, SUB 12, SUB 14 E SUB 16)	propria	Aberta	R\$270,0000	R\$14.310,00
14	17	SV	ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA MENORES-(SUB 10, SUB 12, SUB 14 E SUB 16)	propria	Reservada	R\$270,0000	R\$4.590,00
4	75	SV	ARBITRAGEM PARA FUTSAL CATEGORIA ADULTO	propria	Aberta	R\$210,0000	R\$15.750,00
15	25	SV	ARBITRAGEM PARA FUTSAL CATEGORIA ADULTO	propria	Reservada	R\$210,0000	R\$5.250,00
5	75	SV	ARBITRAGEM PARA FUTSAL CATEGORIA MENORES-(SUB 7, SUB 9, SUB 11, SUB 13 E SUB 15)	propria	Aberta	R\$187,0000	R\$14.025,00
16	25	SV	ARBITRAGEM PARA FUTSAL CATEGORIA MENORES-(SUB 7, SUB 9, SUB 11, SUB 13 E SUB 15)	propria	Reservada	R\$187,0000	R\$4.675,00
6	30	SV	ARBITRAGEM PARA BASQUETEBOL CATEGORIAS ADULTO, SUB 14 E SUB 17	propria	Aberta	R\$226,0000	R\$6.780,00
7	30	SV	ARBITRAGEM PARA BASQUETEBOL 3 X 3 CATEGORIAS ADULTO, SUB 14 E SUB 17	propria	Aberta	R\$89,0000	R\$2.670,00
18	10	SV	ARBITRAGEM PARA BASQUETEBOL 3 X 3 CATEGORIAS ADULTO, SUB 14 E SUB 17	propria	Reservada	R\$89,0000	R\$890,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

8	18	SV	ARBITRAGEM PARA HANDEBOL CATEGORIA ADULTO	propria	Aberta	R\$174,0000	R\$3.132,00
19	6	SV	ARBITRAGEM PARA HANDEBOL CATEGORIA ADULTO	propria	Reservada	R\$174,0000	R\$1.044,00
9	23	SV	ARBITRAGEM PARA VOLEIBOL	propria	Aberta	R\$250,0000	R\$5.750,00
20	7	SV	ARBITRAGEM PARA VOLEIBOL	propria	Reservada	R\$250,0000	R\$1.750,00
10	23	SV	ARBITRAGEM PARA VOLEI DE PRAIA	propria	Aberta	R\$169,0000	R\$3.887,00
21	7	SV	ARBITRAGEM PARA VOLEI DE PRAIA	propria	Reservada	R\$169,0000	R\$1.183,00
11	23	SV	ARBITRAGEM PARA FUT VOLEI	propria	Aberta	R\$184,0000	R\$4.232,00
22	7	SV	ARBITRAGEM PARA FUT VOLEI	propria	Reservada	R\$184,0000	R\$1.288,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO DE ATA

2.1 - Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA e seus anexos, constantes do Processo nº. 11627/2024 e em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da DETENTORA DA ATA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 - O preço registrado, a especificação do objeto, a quantidades do item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

§ 1º. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DELE DECORRENTE

4.1 - A presente ATA de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

§ 1º. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

CLAUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

§ 1º. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº14.133, de 2021;

§ 2º. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

CLAUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

IV – sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho fundamentado.

§ 2º. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a MUNICIPALIDADE poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

§ 3º. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 21/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLAUSULA OITAVA – REAJUSTE DE PREÇOS

8.1 - Esta ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrentes, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital do Pregão Eletrônico nº 21/2024 e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

§ 1º. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Secretaria a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 - As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Parágrafo Único: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.2 - A **DETENTORA** A obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

Parágrafo Primeiro: A **DETENTORA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

Parágrafo Segundo: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação, responsabilizando-se a **DETENTORA** pela obtenção e gestão.

10.3 - A **DETENTORA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município está exposto.

Parágrafo Único: A critério do Município, a **DETENTORA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

10.4 - A **DETENTORA** deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro: A **DETENTORA** deverá permitir a realização de auditorias do Município e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

Parágrafo Segundo: A **DETENTORA** deverá apresentar ao Município sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.5 - A **DETENTORA** se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição, mediante solicitação.

10.6 - A **DETENTORA** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único: Caso autorizada transmissão de dados pela **DETENTORA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

10.7 - A DETENTORA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

10.8 - A DETENTORA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

Parágrafo Único: A comunicação acima mencionada não eximirá a **DETENTORA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.9 - Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a **DETENTORA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **DETENTORA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

10.10 - A DETENTORA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.11 - A DETENTORA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município.

Parágrafo Único: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - Aplicam-se a esta Ata, e principalmente aos casos omissos, o disposto nas Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações, Decreto Municipal nº 2.583/2024 em sua redação atual.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Será competente o foro da Comarca de Itapetininga, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas desta ATA. E por estarem assim justas e DETENTORA DA ATA, as partes assinam esta ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu teor no PNCP e resumo na Imprensa Oficial.

Itapetininga, 30 de abril de 2024.

REGINALDO MENDES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Ordenador de Despesas - Decreto Municipal nº 1671, de 25 de agosto de 2017

BARROS PRODUÇÕES, PUBLICIDADE, EVENTOS E COMERCIO LTDA ME

Representante Legal: EMANUEL BARROS MORAIS

TESTEMUNHAS:

1: _____

NOME:

2: _____

NOME: